

**HABEAS CORPUS Nº 498.825 - PR (2019/0074395-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE** : EDMUNDO MANOEL SANTANA  
**ADVOGADO** : EDMUNDO MANOEL SANTANA - PR031308  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ  
**PACIENTE** : ERIVALDO DOMINGUES DE OLIVEIRA (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em favor de **ERIVALDO DOMINGUES DE OLIVEIRA**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Na origem constata-se que o paciente foi preso preventivamente em 16/1/2019, por ordem do Juízo da 2ª Vara Criminal da Comarca de Campo Mourão (PR), pela suposta prática do crime de financiamento de organização criminosa (art. 2º da Lei n. 12854/2013).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* pleiteando a soltura do paciente, tendo a ordem sido denegada pelo Tribunal impetrado.

Neste *writ*, sustenta o impetrante que a prisão está embasada em fundamentos inidôneos.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que o paciente seja colocado em liberdade. Subsidiariamente, requer a substituição da medida extrema por medidas cautelares diversas da prisão.

Liminar denegada (e-STJ, fl. 81).

Informações prestadas pelo Tribunal impetrado (e-STJ, fls. 86-184).

Parecer do Ministério Público pela concessão da ordem (e-STJ, fls. 241-245).

**É o relatório.**

Decido.

É manifesta a superveniente ausência de interesse de agir que atingiu este recurso, pois, segundo dados do *site* do TJPR (Processo n. 0013138-09.2018.8.16.0058), em 21.5.2019, o magistrado de primeira instância determinou a expedição de alvará de soltura em favor do paciente.

Ante o exposto, **julgo prejudicado** o presente recurso em *habeas corpus*, nos termos do art. 34, XI, do RISTJ.

Publique-se. Intimem-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS  
Relator